



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000250-79.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Infração Administrativa**  
 Requerente: **MRV Engenharia e Participações S/A**  
 Requerido: **Município de São Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

### VISTOS.

Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de Auto de Infração, proposta por **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A**, pessoa jurídica de Direito Privado, contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SP**.

Alega a autora que atua no ramo da construção civil e é proprietária de uma área de terras constante da matrícula de nº 98611, tendo adquirido o imóvel em 26/11/2009, que foi cadastrado na Prefeitura Municipal de São Carlos, conforme processo administrativo nº 4968/2012, da Coordenadoria do Meio Ambiente, sendo que, em 19 de outubro de 2012, referida repartição a notificou para proceder à compensação ambiental referente à queima de 8.640m<sup>2</sup>. Sustenta, contudo, que a autuação contém várias irregularidades, que a maculam de nulidade, pois não houve a sua intimação para apresentar defesa, nem especificação de prazo para que ela fosse promovida; não há comprovação da área supostamente atingida pelo fogo; não foram especificados os critérios para a quantificação da multa e não houve demonstração da disponibilidade da opção da substituição da multa por compensação ambiental.

Foi indeferida a antecipação da tutela (fls. 144).

O requerido apresentou contestação (fls. 147/153).  
 Defende a regularidade do auto de infração, sob o argumento de que a autora foi notificada e teve oportunidade de apresentar defesa, tendo a área atingida sido apurada em vistoria.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Aduz, ainda, que há no auto de infração uma anotação escrita indicando o valor total da multa, mais a atualização pelo IPCA, devendo prevalecer a presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo.

### **É O RELATÓRIO.**

### **PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

O pedido não comporta acolhimento.

Não se verificam no processo administrativo as alegadas nulidades.

O documento de fls. 76 indica que o representante da autora esteve na Prefeitura, para tratar do assunto relativo à notificação ambiental, tendo solicitado o prazo de 14 dias para apresentar recurso, portanto tomou ciência dos fatos.

Ademais, consta do documento de fls.79, referente ao auto de infração, a descrição do fato, a área atingida e o valor da multa que, conforme consta da Lei Municipal, fls. 60, art. 11, seria corrigido pelo índice oficial do município, bem como a transcrição do artigo 9º, § 2º da referida lei, do qual consta a possibilidade de substituição da multa por compensação e a informação de que houve notificação por AR e de que o prazo para recurso era de 10 dias.

Consta, ainda, do processo administrativo (fls. 80), que houve tentativa de compensação ambiental, se êxito.

Anote-se que o AR referente à notificação ambiental (fls. 77) foi encaminhado para o endereço da autora, constante do cadastro municipal.

Houve, ainda, o pedido de vista dos autos pela Advogada Lúcia Stamato Gomes, para acompanhamento.

Quanto à área atingida pelo fogo, não foi feita nenhuma prova pela autora de que tenha sido diversa da apontada pelo município.

Assim, não há que se falar em ausência de notificação e oportunidade de defesa, devendo prevalecer a presunção de legitimidade do ato administrativo.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e **IMPROCEDENTE** o pedido.

Diante da sucumbência, condeno a autora a arcar



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

com as custas judiciais e honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 1.000,00 (mil reais).

Comunique-se à Superior Instância, via internet, o teor desta sentença, em vista do agravo de instrumento interposto, com urgência.

**P. R. I. C.**

São Carlos, 24 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**